



**Ministério  
das Finanças**

## **Síntese de Execução Orçamental do OE 2020**

**Outubro  
2020**

## Índice

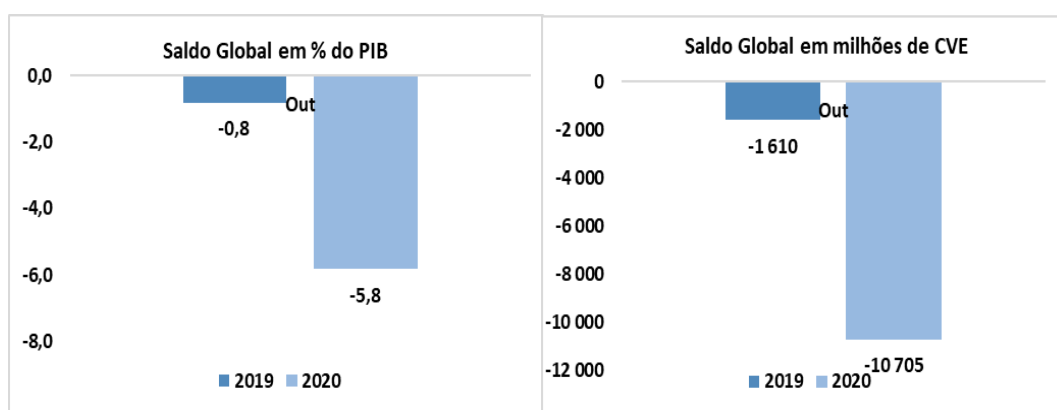
<b>1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL</b>	<b>3</b>
<b>2. RECEITAS TOTAIS</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Enquadramento Geral</b>	<b>5</b>
<b>3. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8</b>
<b>3.1. Despesas Correntes de Funcionamento</b>	<b>9</b>
<b>4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO</b>	<b>11</b>

## 1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL

Para mitigar os efeitos da crise sanitária e económica, o Governo, através do OR 2020, está a implementar um conjunto de medidas com objetivo de fazer face aos impactos negativos da crise sanitária da COVID-19 sobre às famílias, aos jovens e aos mais vulneráveis, mas também sobre as empresas. Das medidas em causa, destaca-se as medidas de reforço sanitário e de apoio à tesouraria das empresas, tendo em vista o emprego; bem como a implementação de medidas que garantam o rendimento aos mais vulneráveis, como o rendimento solidário, o rendimento emergencial e o alargamento do rendimento de inclusão social. Tais medidas, necessárias, consubstanciaram numa maior pressão às finanças públicas, para além do impacto direto da crise sobre as receitas fiscais.

A 31 de outubro de 2020, o valor provisório do saldo global foi negativo em 10.705,0 milhões de CVE, ou seja, um défice de 5,8% do PIB projetado pelo MF, e um agravamento 5,0 p.p., em face ao mesmo período de 2019. De dizer, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 4,4%, agravando-se em 6,6 p.p., comparativamente ao período homólogo.

**Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global**



Fonte: MF

Assim, a execução orçamental provisória, até outubro de 2020, resultou:

- da diminuição das receitas totais em 20,8% (-8.747,1 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais (investimento e funcionamento) em 3,8% (+1.540,7 milhões de CVE) e;

Síntese de Execução Orçamental  
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

- o da diminuição de investimento em ativos não financeiros em 40,9% (-1.192,4 milhões de CVE).

### Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2019		2020		Grau Exec.	Tax. hom Out
	Orç. 2019	Out	Orç. Ret.	Out		
<b>1. Receitas Totais</b>	<b>63 611</b>	<b>42 093</b>	<b>53 869</b>	<b>33 346</b>	<b>61,9</b>	<b>-20,8</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>58 132</b>	<b>40 868</b>	<b>45 309</b>	<b>30 050</b>	<b>66,3</b>	<b>-26,5</b>
Impostos	44 407	34 015	33 952	26 100	76,9	-23,3
Segurança Social	61	52	70	48	68,7	-8,0
Transferências (donativos)	5 479	1 225	8 559	3 296	38,5	169,1
Outras Receitas	13 665	6 801	11 288	3 902	34,6	-42,6
<b>2. Despesas Totais (FUN+INV)</b>	<b>59 147</b>	<b>40 785</b>	<b>64 974</b>	<b>42 325</b>	<b>65,1</b>	<b>3,8</b>
<b>2.1-Despesas Correntes</b>	<b>59 147</b>	<b>40 785</b>	<b>64 974</b>	<b>42 325</b>	<b>65,1</b>	<b>3,8</b>
dq: despesas de funcionamento	48 327	35 953	49 440	36 127	73,1	0,5
dq: Juros da dívida interna	3 406	2 596	3 337	2 664	79,8	2,6
dq: Juros da dívida externa	2 128	1 675	1 754	1 492	85,1	-10,9
dq: despesas correntes de investimento	10 820	4 831	15 534	6 199	39,9	28,3
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>4 464</b>	<b>1 308</b>	<b>-11 105</b>	<b>-8 980</b>	<b>80,9</b>	<b>-786,4</b>
<b>4. Activos não Financeiros</b>	<b>10 330</b>	<b>2 918</b>	<b>9 851</b>	<b>1 725</b>	<b>17,5</b>	<b>-40,9</b>
Compra de activos não financeiros	12 326	3 001	10 301	1 809	17,6	-39,7
dq: programa de investimento	11 861	2 772	9 772	1 540	15,8	-44,5
Venda activos não financeiros	1 996	83	451	83	18,5	0,6
<b>5. Saldo Global (base compromisso, 1-2-4)</b>	<b>-5 866</b>	<b>-1 610</b>	<b>-20 956</b>	<b>-10 705</b>	<b>51,1</b>	<b>565,1</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-3,0	-0,8	-11,4	-5,8		
Saldo global excluindo transferências(donativos)	-11 344	-2834	-29 515	-14 001		
Saldo Corrente (1.1-2.1)	-1 015	84	-19 665	-12 275		
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	-0,5	0,0	-10,7	-6,7		
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	4 519	4354	-14 574	-8 119		
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	2,3	2,2	-7,9	-4,4		
Saldo global Primário (5+juros)	-332	2661	-15 865	-6 549		
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-0,2	1	-8,6	-3,6		
<b>6. Financiamento</b>	<b>5 866</b>	<b>3 032</b>	<b>20 956</b>	<b>12 409</b>		
<b>6.1 Activos Financeiros</b>	<b>-8 393</b>	<b>-1 719</b>	<b>-4 569</b>	<b>-1 258</b>		
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	185	1 608	392	180		
Concessão de Empréstimo	-4 931	-1 307	-4 664	-843		
Acções e outras participações - MI	-3 667	-2 020	-1 445	-595		
Acções e Outras Participações ME						
Acções E Outras Participações MI - Alienação						
Depósitos Cert. Poup. MI - Constituições	-954					
Depósitos Cert. Poup. MI - Levantamentos	973		1 148			
Outros activos						
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>14 259</b>	<b>4 751</b>	<b>25 525</b>	<b>13 667</b>		
<b>Interno líquido</b>	<b>4 369</b>	<b>431</b>	<b>5 488</b>	<b>6 979</b>		
Sistema bancário		-3 373		2 889		
Emprestimos obtidos	10 148		12 552			
Amortização	-5 779		-6 919			
Emprestimos concedidos						
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing		-100	-145	-121		
Outras Operações do Tesouro						
Outros passivos*				3 304		
Resto por pagar que transita p/ o ano seguinte						
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		-95		3 118		
Pagamento de Cheques e transferência em Transitio		325		-3 628		
Sistema não bancário		3 675		1 418		
<b>Externo líquido</b>	<b>9 890</b>	<b>4 320</b>	<b>20 037</b>	<b>6 688</b>		
Desembolsos	14 221	8 114	22 677	10 541		
Amortizações programadas	-4 331	-3 794	-2 640	-3 853		
<b>7.Diferencial Financ./ Discrepância (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>1 422</b>	<b>0</b>	<b>1 704</b>		

\*No financiamento interno foi contabilizado provisoriamente o desembolso do empréstimo do FMI ao BCV, mas disponibilizado na conta do Tesouro para efeito do financiamento do orçamento, na rubrica "Outros Passivos Financeiros Pmi – Aquisições", enquanto se aguarda informações mais conclusivas por parte do BCV, que estará a determinar a contabilização definitiva.

Fonte: MF

## 2. RECEITAS TOTAIS

### 2.1. Enquadramento Geral

As receitas totais da Administração Central, até outubro de 2020, atingiram 33.345,7 milhões de CVE, registando uma diminuição de 20,8%, perante o período homólogo. Esta performance resulta da conjugação da diminuição dos impostos diretos (-20,7%), dos impostos indiretos (-24,4%), da segurança social (-8,0%), das outras receitas (-42,6%) e do aumento dos donativos (+169,1%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo de 20,7% resultou, essencialmente e à semelhança dos últimos meses, da evolução negativa do IRPC de cerca de 1.726,8 milhões de CVE (-37,4%), em face à arrecadação no período homólogo do ano anterior:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – a arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 5.202,4 milhões de CVE, registando uma evolução homóloga de -388,2 milhões de CVE (-6,9%). A variação da arrecadação deste imposto não foi muito acentuada dado que, apesar da situação de crise, o impacto no desemprego ainda não foi acentuado e dado que medidas como o *layoff* permitiram manter algum rendimento às pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – a receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 2.885,0 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de (-1.726,8 milhões de CVE; -37,4%), devido à redução da taxa de arrecadação nos fracionados, anulação da taxa para as empresas com redução significativa do volume de negócios e à diminuição da taxa do IRPC em 2019 com impacto na entrega de 2020. Igualmente, em consequência dos impactos da crise da COVID-19, assiste-se a um aumento de pedidos de pagamento em prestações deste imposto por parte dos

Síntese de Execução Orçamental  
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

agentes económicos, devido aos fortes impactos da crise na tesouraria das empresas.

### Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Quadro 2. FP: Receitas Públicas Orçamentais (Governo Central)						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020			
	Orç. 2019	Out.	Orç. Ret 2020	Out	Grau Exec. (%)	Tax. hom Out
<b>Impostos</b>	<b>44 407</b>	<b>34 015</b>	<b>33 952</b>	<b>26 100</b>	<b>76,9</b>	<b>-23,3</b>
<i><b>Imposto único sobre rendimentos</b></i>	<b>13 743</b>	<b>10 203</b>	<b>11 558</b>	<b>8 087</b>	<b>70,0</b>	<b>-20,7</b>
IR-PS	8 106	5 591	6 249	5 202	83,3	-6,9
IR-PC	5 638	4 612	5 309	2 885	54,3	-37,4
<i><b>Imposto sobre bens e serviços</b></i>	<b>21 421</b>	<b>16 696</b>	<b>15 582</b>	<b>12 155</b>	<b>78,0</b>	<b>-27,2</b>
Sobre bens e serviços	16 786	13 478	12 895	10 047	77,9	-25,5
Imposto sobre o valor acrescentado	16 786	13 478	12 895	10 047	77,9	-25,5
IVA DA	8 593	6 782	6 424	5 425	84,4	-20,0
IVA DCI	8 193	6 695	6 471	4 622	71,4	-31,0
Sobre vendas	0	1	0	0	0,0	-100,0
Imposto para serviços de incêndio	0	1	0	0	0,0	-100,0
Sobre consumo	2 754	1 800	1 617	1 343	83,0	-25,4
Imposto consumo especial	2 754	1 800	1 617	1 343	83,0	-25,4
Impostos diversos sobre serviços	1 118	809	513	294	57,3	-63,6
Contribuição turística	1 118	809	513	294	57,3	-63,6
Outros impostos	763	608	557	470	84,5	-22,6
Taxa ecológica	763	608	557	470	84,5	-22,6
<i><b>Impostos sobre transações internacionais</b></i>	<b>8 472</b>	<b>6 516</b>	<b>6 240</b>	<b>5 282</b>	<b>84,6</b>	<b>-18,9</b>
Direitos de importação	8 097	6 236	5 966	5 039	84,5	-19,2
Taxa comunitaria CEDEAO	375	280	273	243	88,7	-13,4
<i><b>Outros impostos</b></i>	<b>770</b>	<b>600</b>	<b>572</b>	<b>577</b>	<b>100,9</b>	<b>-3,9</b>
Imposto de selo	726	566	534	548	102,7	-3,1
Imposto especial sobre jogos	44	35	38	29	75,4	-17,8
<b>Segurança Social</b>	<b>61</b>	<b>52</b>	<b>70</b>	<b>48</b>	<b>68,7</b>	<b>-8,0</b>
Taxa social única	0	0	0	0	5,6	0,0
Contribuições para a segurança social	60	52	68	47	69,1	-8,2
Outras Contribuições	1	0	1	0	43,9	6,9
<b>Transferências</b>	<b>5 479</b>	<b>1 225</b>	<b>8 559</b>	<b>3 296</b>	<b>38,5</b>	<b>169,1</b>
De Governos Estrangeiros	5 030	1 179	7 492	2 875	38,4	143,8
Ajuda Orçamental	2 020	276	1 957	2 287	116,8	729,5
Ajuda Alimentar	158	198	304	72	23,8	-63,4
Donativos directos	2 852	702	5 230	514	9,8	-26,7
Outras	0	4	0	2	0,0	-53,5
De Organizações Internacionais	0	45	604	76	12,6	68,4
Das Administrações Públicas	449		464	344	74,2	0,0
<b>Outras Receitas</b>	<b>13 665</b>	<b>6 801</b>	<b>11 288</b>	<b>3 902</b>	<b>34,6</b>	<b>-42,6</b>
Rendimentos de propriedade	4 488	949	3 502	304	8,7	-67,9
Venda de bens e serviços	7 896	4 989	6 366	3 026	47,5	-39,4
Multas e outras penalidades	297	327	299	165	55,4	-49,5
Outras transferências	330	126	425	38	8,8	-70,2
Outras receitas diversas e não especificadas	655	410	695	369	53,1	-10,0
<b>Total de Receitas</b>	<b>63 611</b>	<b>42 093</b>	<b>53 869</b>	<b>33 346</b>	<b>61,9</b>	<b>-20,8</b>

Fonte: MF

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 24,4% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 10.047,0 milhões de CVE, traduzindo assim, numa evolução de -3.430,8 milhões de CVE (-25,5%). Esta inversão da tendência de crescimento deste imposto, confirma os fortes impactos da crise da COVID-19, principalmente a nível do Turismo, e as medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações, excecionalmente;
- Contribuição Turística – a receita da contribuição turística totalizou no período o montante de 294,3 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -514,9 milhões de CVE (-63,6%), revelando um forte impacto da crise da COVID-19, uma vez que estas receitas advêm diretamente do fluxo de turismo (dormidas em estabelecimentos hoteleiros), que caiu drasticamente desde o início da pandemia e consequente encerramento das fronteiras de Cabo Verde e da maior parte dos países no Mundo, para estes efeitos;
- Impostos sobre Transações Internacionais - registou-se uma diminuição em 18,9% (-1.234,7 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2019, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 19,2% (-1.197,2 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 13,4% (-37,4 milhões de CVE);
- Imposto de Selo – A cobrança em sede do imposto de selo registou uma evolução negativa em termos homólogos de 3,1% (-17,4 milhões de CVE), situando-se em 548,2 milhões de CVE; e

- A cobrança em sede do imposto especial sobre jogos situou-se nos 28,5 milhões de CVE, com uma evolução negativa em termos homólogos de 17,8% (-6,2 milhões de CVE) uma vez que estas receitas proveem essencialmente da atividade turística na Ilha do Sal, tendo esta sofrido fortes impactos com a crise pandémica.

No que toca às transferências (donativos), houve um aumento de 169,1% (+2.071,0 milhões de CVE) em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 3.295,6 milhões de CVE. Do montante 2.286,6 milhões de CVE correspondem às ajudas orçamentais, 514,5 milhões de CVE são destinados aos donativos diretos aos projetos de investimentos e 72,5 milhões de CVE são referentes à ajuda alimentar.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 42,6%, refletindo o impacto da pandemia COVID-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, segurança marítima, do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

### **3. DESPESAS CORRENTES**

Em outubro de 2020, o total das despesas correntes (funcionamento e investimento) situou-se em 42.325,3 milhões de CVE, apresentando um agravamento de 3,8%, em face ao período homólogo. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas de despesas com o pessoal (+4,9%), aquisições de bens e serviços (+19,7%), dos juros (-2,6%), dos subsídios (+212,9%), das transferências correntes (+10,1%) e dos benefícios sociais (+12,3%).

O valor da despesa por regularizar, em outubro, situou-se em cerca de 361,0 milhões de CVE, referentes aos adiantamentos efetuados aos órgãos de soberania e às embaixadas.

### **3.1. Despesas Correntes de Funcionamento**

As despesas correntes de funcionamento, em outubro de 2020, evidenciaram uma diminuição de 0,5% (-173,3 milhões de CVE), cifrando-se em cerca de 36.126,6 milhões de CVE, como resultado da execução das seguintes rubricas:

- Outras Despesas Correntes, que evidenciaram uma diminuição de 49,3% (-1.066,0 milhões de CVE) justificada, essencialmente, pela diminuição da rubrica restituições em 84,9% (-871,2 milhões de CVE) e das outras despesas residuais em 27,3% (-21,9 milhões de CVE);
- Aquisição de bens e serviços, que registaram um aumento de 2,9 % (+101,2 milhões CVE), face ao período homólogo do ano anterior, derivado sobretudo do aumento das rubricas Medicamentos (126,0 milhões CVE), Material de Consumo Clínico (56,2 milhões CVE) e Rendas e Alugueres (78,5 milhões CVE), como resultado da resposta à COVID-19;
- Despesa com o pessoal, que evidenciou um agravamento de 5,1% (+823,1 milhões de CVE) justificado, essencialmente, pela regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República; bancarização das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas e das Comissões de Recenseamento Eleitoral; recrutamentos de profissionais de saúde e de técnicos para os serviços do Departamento Governamental responsável pela área da Agricultura e Ambiente; atualização do valor de índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal da Polícia Nacional, desta feita a fixar-se nos 63.000 CVE (sessenta e três mil escudos); e implementação do novo Estatuto da Carreira dos Militares, estabelecendo os valores de índice 100 da estrutura remuneratória dos militares. As medidas e atos que levam a um aumento da despesa pública foram suspensas a partir da aprovação do OR 2020;

- Juros e outros encargos com a dívida, que registou uma diminuição de 2,6% (-101,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2019, decorrente da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da COVID-19 nos países mais vulneráveis;
- Subsídios, que registaram um aumento de 212,9% (+302,3 milhões de CVE), justificado, principalmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras em 586,1% (+302,3 milhões de CVE), nomeadamente o pagamento de subvenções relativamente as linhas marítimas deficitárias;
- Transferências correntes, que tiveram um aumento de 13,4% (+427,2 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado pelo aumento na rubrica municípios correntes em 10,9% (+313,8 milhões de CVE), dado a atualização do FFM, nos termos previsto na lei, em que o valor previsto para 2020 ultrapassa em mais de 357 mil contos o montante orçamentado em 2019 e na rubrica quotas a organismos internacionais correntes em 136,3% (87,6 milhões de CVE);
- Benefícios Sociais, que aumentaram 5,1% (+289,9 milhões de CVE), justificado, essencialmente, da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, agravado pelo impacto da adesão de vários funcionários públicos ao regime de pensão antecipada, aprovado pelo Governo no OE 2019, bem como pela passagem à reforma dos contratados locais nas embaixadas e serviços consulares dando origem ao aumento nas rubricas pensões de aposentação em 6,0% (+215,5 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 5,4% (+11,9 milhões de CVE); aumento nos outros benefícios sociais em numerários, 23,5% (+2,7 milhões de CVE) no âmbito do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade, apoio á reinserção socioprofissional.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas de Funcionamento**

<b>Quadro 3. FP: Despesas de Funcionamento</b>						
<b>(em milhões de CVE)</b>						
	<b>2019</b>		<b>2020</b>			
	<b>Orç. 2019</b>	<b>Out.</b>	<b>Orç. Ret</b>	<b>Out</b>	<b>Grau Exec. (%)</b>	<b>Tx. hom Out</b>
Despesas com Pessoal	21 790	16 021	22 307	16 844	75,5	5,1
Remuneração Certas e Permanentes	20 334	14 760	20 504	15 477	75,5	4,9
Segurança Social	1 456	1 261	1 803	1 367	75,8	8,4
Aquisição de Bens e Serviços	5 887	3 521	6 698	3 622	54,1	2,9
Juros correntes	5 637	4 290	5 187	4 179	80,6	-2,6
Dívida interna	3 406	2 596	3 337	2 664	79,8	2,6
Dívida externa	2 128	1 675	1 754	1 492	85,1	-10,9
Outros encargos	102	19	96	23	24,4	22,2
Subsídios	579	142	807	444	55,0	212,9
Transferências Correntes	4 438	3 180	4 756	3 608	75,9	13,4
Governos Estrangeiros	111	9	59	12	20,9	38,9
Organismos Internacionais	402	64	455	152	33,3	136,4
Administração pública	3 925	3 107	4 241	3 443	81,2	10,8
Benefícios Sociais	6 482	5 682	6 936	5 972	86,1	5,1
Outras despesas correntes	3 515	2 163	2 749	1 097	39,9	-49,3
<b>Despesas Correntes</b>	<b>48 327</b>	<b>34 999</b>	<b>49 440</b>	<b>35 766</b>	<b>72,3</b>	<b>2,2</b>
Valor a regularizar		955		361	0,0	-62,2
<b>Total de Funcionamento</b>	<b>48 327</b>	<b>35 953</b>	<b>49 440</b>	<b>36 127</b>	<b>73,1</b>	<b>0,5</b>
Activos não Financeiros	465	228	529	269	50,8	17,7
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>48 792</b>	<b>36 182</b>	<b>49 969</b>	<b>36 395</b>	<b>72,8</b>	<b>0,6</b>

Fonte: MF

**4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO**

A execução do programa de investimento público (despesas correntes e ativos não financeiros) atingiu os 7.738,7 milhões de CVE, representando 30,6% do orçamento rectificativo de 2020. Do montante pago, 58,5% (4.530,2 milhões de CVE) foi financiado pelo Tesouro, 24,5% (1.892,8 milhões de CVE) por Empréstimos e 14,4% (1.113,8 milhões de CVE) por Donativo.

**Quadro 4 – Programa de Investimento Público**

<b>Quadro 4. FP: Despesas de Investimento</b>						
<b>(em milhões de CVE)</b>						
	<b>2019</b>		<b>2020</b>			
	<b>Orç. 2019</b>	<b>Out</b>	<b>Orç. Ret</b>	<b>Out</b>	<b>Grau Exec. (%)</b>	<b>Tx. hom Out</b>
Despesas com Pessoal	1 417	813	1 341	816	60,9	0,3
Remuneração Certas e Permanentes	1 275	736	1 201	735	61,2	-0,1
Segurança Social	142	77	139	81	58,1	4,6
Aquisição de Bens e Serviços	4 903	2 045	8 741	3 040	34,8	48,6
Subsídios	0	0	84	0	0,0	0,0
Transferências Correntes	1 718	1 448	3 316	1 489	44,9	2,9
Governos Estrangeiros	107	32	760	54	7,0	65,2
Organismos Internacionais	33	15	19	0	0,0	-100,0
Administração pública	1 578	1 401	2 537	1 436	56,6	2,5
Benefícios Sociais	480	226	1 110	665	59,9	194,1
Outras despesas correntes	2 301	298	943	189	20,0	-36,7
<b>Despesas Correntes</b>	<b>10 820</b>	<b>4 831</b>	<b>15 534</b>	<b>6 199</b>	<b>39,9</b>	<b>28,3</b>
Activos não Financeiros	11 861	2 772	9 772	1 540	15,8	-44,5
<b>TOTAL DE INVESTIMENTO</b>	<b>22 681</b>	<b>7 604</b>	<b>25 306</b>	<b>7 739</b>	<b>30,6</b>	<b>1,8</b>

Fonte: MF